

A APROPRIAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA SUA PRESERVAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO DO ARQUIVO DONA OROZINA VIEIRA (ADOV), DO MUSEU DA MARÉ

Bruno Ferreira Leite (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Maria Thereza Sotomayor (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de pesquisa institucional cadastrada e em desenvolvimento no âmbito do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem como tema a preservação de documentos arquivísticos, com foco no estudo da relevância da apropriação social do patrimônio para sua respectiva proteção. É norteadada pela seguinte questão problema: qual a relevância e o impacto da apropriação social do patrimônio arquivístico coletivo no âmbito de sua preservação? Com vistas a responder esta pergunta, tivemos como objetivo principal para o presente estudo refletir sobre o processo de apropriação social do patrimônio arquivístico, sua importância no âmbito da preservação e as transformações sociais imbricadas neste processo. O que nos levou a optar por ter o Arquivo

Dona Orozina Vieira (ADOV), custodiado no Museu da Maré, como objeto de estudo. Isso porque este arquivo, além de contribuir para as (re)construções da memória coletiva (HALBWACHS, 2006) da comunidade, é reconhecido pelos colaboradores do museu que entrevistamos como o seu coração, já que a trajetória dos moradores, e mesmo as transformações geográficas na região, estão registradas no ADOV (OLIVEIRA, 2019).

Nossa pesquisa continua sendo desenvolvida e conta com uma abordagem metodológica de caráter qualitativo para coleta, organização e análise de dados para subsidiar nossas discussões. Seu desenvolvimento ocorre por meio de revisão de literatura (NORONHA; FERREIRA, 2000) com base em trabalhos sobre preservação, memória, identidade, narrativas marginalizadas e suas relações com o arquivo, bem como através de entrevistas realizadas com a atual coordenadora do Museu da Maré e duas integrantes da equipe do ADOV. Até o momento tivemos como principais referências para a pesquisa os trabalhos de Michael Pollak (1992), Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2006, 2021), Andrew Flinn (2007), Manuel Ferreira Lima Filho (2015) e Thamires Ribeiro de Oliveira (2019, 2021). Esses trabalhos foram fundamentais para articularmos as dimensões políticas, técnicas e sociais ligadas ao tema da preservação.

A partir da observação sobre a trajetória da comunidade da Maré, é possível perceber que há uma cultura de mobilização social que também propiciou um engajamento social em torno do museu, que vem sendo construído por e para os moradores, de modo que eles se percebam representados pelo seu acervo (incluindo o ADOV, lá custodiado). Buscamos, portanto, e a partir de resultados parciais, perceber as relações de integrantes da comunidade com tal espaço, como contribuem e atuam nele e, do ponto de vista técnico, como moradores-usuários podem ser percebidos como agentes de preservação do acervo do Museu da Maré e, mais especificamente, do ADOV.

2 O ARQUIVO DONA OROZINA E O MUSEU DA MARÉ

Antes de apresentarmos nossas considerações acerca da relação comunidade e ADOV, entendemos pertinente situar a personagem que dá nome a ele: Dona Orozina Vieira. Foi uma moradora do Morro do Timbau, primeiro morro a constituir o complexo da Maré. Dona Orozina faz parte de uma narrativa acerca da fundação da comunidade, dado o fato de que ela é considerada, de acordo com nossas fontes, como a primeira pessoa a construir um barraco na Maré.

Tamanha é a aderência desta narrativa para o contexto que pesquisamos que o ADOV é considerado por nossas entrevistadas Thamires

Ribeiro de Oliveira (2021) e Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2021) como o coração do Museu da Maré. Silva assim nos transmite a história de Dona Orozina:

Autor do trabalho sobre a história da Maré, Antônio Carlos Pinto Vieira - um dos fundadores do CEASM -, afirma que a “comunidade” mais antiga da região é o Morro do Timbau e confere a sua “primeira” moradora o papel de fundadora do bairro. Dona Orozina, mulher negra, migrante e viúva, teria sido a primeira pessoa a construir um barraco na parte alta e vazia do morro, dando início ao processo de ocupação da Maré, na década de 1940. (SILVA, 2006, p. 29)

Neste sentido, nome e conteúdo do arquivo trazem consigo um elemento notavelmente simbólico, denotando a relação entre a fundação desta comunidade e sua história, como se fossem ambos nutrientes para narrativas próprias (produzidas pela comunidade) que fornecem estrutura e sustentação tanto à ideia de comunidade para a Maré quanto, e talvez principalmente, para o Museu da Maré.

No ADOV há o conjunto de fichas cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda, que acabou se tornando objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso da pesquisadora Thamires Ribeiro, pela sua importância histórica para a população da Maré, visto que nelas é possível rastrear as condições de chegada dos moradores mais antigos da região, o que acaba conferindo um potencial de identificação para muitos moradores, que vendo as informações de seus antepassados podem se sentir pertencentes àquele espaço.

Figura 1 - Dona Orozina Vieira



Fonte: Oliveira (2019, p. 21).

Mulher negra e nordestina, essa é a imagem e símbolo do arquivo, que traz consigo um papel social bem claro, que é o de dar um sentido de pertencimento e orgulho aos membros da comunidade a partir de um trabalho de preservação e de memória. Podemos observar que o nascimento do Museu da Maré teve suas origens associadas ao surgimento da TV Maré “com um grupo de moradores que realizavam **registros fotográficos** do lugar e **coletaram depoimentos** dos habitantes da região com câmera VHS” (OLIVEIRA, 2019, p. 20, grifo nosso). Percebemos, portanto, a produção de registros associando o testemunho dos moradores a (imagens de) sua comunidade.

Outro aspecto a ser destacado é que, já no final dos anos de 1990, foi criado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), que promoveu o primeiro vestibular comunitário da Maré, agregando mais um elemento relevante para a criação desse arquivo e do museu: a educação. Promoveu também a criação da Rede Memória da Maré (RMM), responsável por vários projetos de memória para a comunidade e que a partir do resultado de pesquisas do projeto foi constituindo o arquivo, rebatizado em 2002 para o nome de Dona Orozina Vieira.

Em 2003 foi criada a Casa de Cultura da Maré (CCM) e em 2006 tanto esse último quanto o RMM foram absorvidos pelo Museu da Maré (OLIVEIRA, 2019). Portanto, o museu possui em sua trajetória a marca da inclusão social, da compreensão da dimensão política da memória e da importância da educação no processo de preservação, porque além de ter em sua gênese projetos educacionais, o Museu continua trabalhando com educação patrimonial a partir de estágios para jovens de ensino médio que de alguma maneira alcançam também esse público a partir da experiência num museu comunitário. O museu e o arquivo se tornam, assim, entes e representantes vivos dessa comunidade.

3 DIVULGAR PARA PRESERVAR: UM PROCESSO DE REAPROPRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA

Por muitos séculos a preservação de documentos e objetos esteve associada a uma ideia de evitar o acesso. Evidentemente, o manuseio excessivo e/ou equivocado, leva a uma deterioração mais acelerada, contudo, é preciso questionar se faz sentido que se preserve algo sem que o seu destino seja justamente o contato com as pessoas. Mais do que o contato físico, a identificação com esse objeto a ser preservado é relevante para querê-lo protegido. Mas como se identificar com acervos se o cidadão não se sente representado nele ou por ele? Se só encontramos neles a história de “grandes

nomes” da história oficial, distantes do “cidadão comum”, muitas vezes representantes de uma opressão estrutural, como haver alguma conexão entre as pessoas e esses acervos? Se os monumentos, documentos, nomes de ruas e praças, enfim, muitos lugares de memória (NORA, 1993) representam figuras que além de não terem nada a ver com a minha história e dos meus ancestrais, ainda trazem consigo um rastro de violência e de dor contra povos dos quais faço parte, não conseguiria encontrar qualquer vínculo com eles e, portanto, não seria capaz de ser um agente de preservação capaz de lutar por esses espaços.

Essa é, para nós, a grande virada de um arquivo comunitário como o que está custodiado no Museu da Maré: a partir da interação de pessoas que residem no bairro da Maré temos a gênese do ADOV e do Museu. Por valorizarem tais espaços para eles mesmos, atuam na direção de sua produção e preservação; da compreensão da dimensão política desses espaços e de como eles podem promover impactos em suas vidas (materiais e/ou simbólicos). Para subsidiar tal perspectiva, utilizamos o conceito “cidadania patrimonial” (FILHO, 2015) para pensar as relações que são estabelecidas entre esse espaço e seus atores:

[...] considero como cidadania patrimonial a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença. (FILHO, 2015, p. 139)

Em sua história de formação, o hoje bairro Maré, foi sendo construído aos poucos, com várias “micro comunidades” surgindo em épocas diferentes. Isso pode contribuir para uma maior dificuldade de criação de uma identidade comunitária comum, visto que são muitas comunidades dentro de uma só. Contudo, diante de ameaças externas e do estigma associado ao morador de favela, a utilização dessa estratégia de interação com as políticas patrimoniais disponíveis foi ferramenta para a constituição de um senso de identidade, de coletividade e de valorização de uma narrativa própria e representativa da diversidade da comunidade. Mais do que isso, esse é um espaço de luta contra estigmas e violências reais e simbólicas.

Qual seria o lugar do subalterno na representação do patrimônio brasileiro, aquele que não se encaixa na excepcionalidade ou na relevância/ representatividade do patrimônio? O reverso do patrimônio tem lugar na cidadania

patrimonial, potencializando a cidadania insurgente. (FILHO, 2015, p. 140)

Assim, o Museu da Maré atua como este espaço em que a cidadania patrimonial funciona como potencializador dessa cidadania insurgente de uma comunidade que aos poucos se apropria da sua história e pode se orgulhar de quem são e de onde vem. Outro conceito que nos parece chave para nosso estudo é o de “arquivos comunitários”. Percebemos que ele pode colaborar para continuarmos nossas reflexões sobre a relevância da apropriação e valorização dos acervos pelos usuários. Este, neste sentido, ao se perceberem representados nos acervos, tornam-se potenciais agentes de divulgação e preservação dos acervos e, por conseguinte, de sua própria história.

Ressaltando a complexidade de se definir o termo “comunidade” e dos limites que qualquer definição possui, Andrew Flinn nos propõe a seguinte noção para “arquivos comunitários”:

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário em que a participação, controle e propriedade comunitária do projeto é essencial. Esta atividade pode ou não acontecer em associação com organizações formais do patrimônio, mas o ímpeto e a direção devem vir do interior da própria comunidade. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa)²⁹²

Esta definição poderá colaborar não só para compreendermos o ADOV como um arquivo comunitário, mas para analisá-lo como um arquivo com características muito particulares de produção, acúmulo, gestão, preservação, acesso e difusão. Características essas não previstas na literatura clássica da área, geralmente voltada às categorias/conceitos de arquivos institucionais e pessoais.

Em resumo, entendemos que os conceitos de cidadania patrimonial e de arquivos comunitários são ferramentas importantes para compreendermos as relações do ADOV que proporcionam sua apropriação e valorização de parte da comunidade da Maré. Isso nos permite, portanto, perceber como a preservação pode ser um dos produtos e motores destas relações de valorização de uma história comum, com um arquivo que a represente.

²⁹² No original: “Community histories or community archives are the grassroots activities of documenting, recording and exploring community heritage in which community participation, control and ownership of the project is essential. This activity might or might not happen in association with formal heritage organizations but the impetus and direction should come from within the community itself.”

Ao entrevistarmos a atual coordenadora do Museu da Maré, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, ela nos evidencia o papel do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) não como um simples lugar de guarda, mas como um espaço de pesquisa, de acesso a essa história que não estava registrada antes. Sobre a preservação do ADOV, ela nos diz: “[...] a preservação não está no guardar esse material, esse acervo, mas sim divulgar.” (SILVA, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como algumas considerações resultantes da pesquisa podemos afirmar que a memória pode ser um instrumento de poder e tanto tem a capacidade de manter a coesão dentro de um grupo (HALBWACHS, 2006), como também pode servir de meio de coerção sobre determinados grupos (POLLAK, 1989), o que depende radicalmente do lugar de onde ela é (re)construída. Quando imposta por determinados grupos dominantes, ela pode ser redutora e criar silenciamentos, visto que se os grupos não se veem representados por uma narrativa, se sentem excluídos dela.

Já quando ela é partilhada e elaborada a partir das experiências em comum, com participação ativa dos atores na manutenção dessas memórias, que influenciam em suas histórias (e na história), elas são capazes de trazer à consciência desses grupos o poder que eles possuem com suas trajetórias e sua ancestralidade, gerando força para as mais diversas lutas. É isto o que percebemos acontecer com o Museu da Maré e, em particular, com o ADOV, que tem o apoio e a contribuição de moradores da comunidade, que veem nesse espaço, um local de resistência, onde são capazes de se conectar com o acervo e ver nele a si mesmos e aqueles que os cercam. Em outras palavras, tais relações, construídas por interesses mútuos, promovem o que chamamos de apropriação social deste acervo, principalmente por parte da comunidade da Maré que o abraça por valorizá-lo, por valorizarem suas histórias representadas ali. História construída e representada coletivamente, pelos próprios agentes dela. Relações e ações que nos permitem perceber caminhos possíveis para que usuários e usuáries em potencial dos arquivos e acervos em geral sejam pensados não apenas como potenciais fontes de risco de degradação, mas “convidados” a serem agentes de preservação do patrimônio que os representam.

Aqui chegamos com considerações e resultados parciais, na expectativa de aprofundar nossos estudos e observações com vistas a conhecer mais com o que não é lugar comum na Arquivologia para, principalmente, aprender possibilidades não previstas (ou não “canônicas”) na nossa literatura sobre preservação, acesso e difusão dos nossos acervos arquivísticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos enormemente a equipe que colabora com a realização desta pesquisa: a bolsista de Iniciação Científica Anna Chipocco, as discentes voluntárias Juliana Batel e Luciana Araújo e a pesquisadora Kalila Bassaneti.

Agradecemos também as valiosas entrevistas concedidas, que muito nos servirão para estágios mais amadurecidos da pesquisa: a funcionária do ADOV Marli Damasceno, a funcionária e Conservadora-Restauradora do ADOV Thamires Oliveira e a coordenadora do Museu da Maré Cláudia Rose.

Agradecemos, por fim, à Reparq e ao ST 13 – Arquivos, movimentos sociais e novos sujeitos: processos, práticas e atores – por acolher esta temática de relevância para a valorização e proteção das nossas histórias, memórias e acervos.

REFERÊNCIAS

FLINN, Andrew. 2007. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. In: **Journal of the Society of Archivists**. Vol. 28, No. 2, October 2007, 151 – 176

FILHO, Manuel Ferreira Lima. Cidadania Patrimonial. In: **revista ANTHROPOLOGICAS**. Ano 19, 26(2):134-155, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

NORONHA, Dayse Pires, FERREIRA, Sueli Mara S.P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CENDÓN, Beatriz Valadares, KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 14, p. 191-198.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. **Conservação e memória**: o conjunto de fichas cadastrais de moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré. 2019. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. Entrevista [Jun. 2021]. Entrevistadores: Anna Carolina A. Chipoco; Bruno Ferreira Leite; Kalila de Oliveira Bassanetti; Maria Thereza Sotomayor. Rio de Janeiro, 2021 (72 min.)

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré:** a invenção de um bairro. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. Entrevista [Ago. 2021]. Entrevistadores: Anna Carolina A. Chipoco; Bruno Ferreira Leite; Kalila de Oliveira Bassanetti; Maria Thereza Sotomayor. Rio de Janeiro, 2021 (74 min.)